



QUINTA - FEIRA - 17 DE SETEMBRO DE 2026 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



A PETROBRAS ANUNCIOU UM REAJUSTE DE R\$ 1 POR LITRO NO PREÇO DO DIESEL A VENDIDO ÀS DISTRIBUIDORAS, COM INÍCIO NESTA QUINTA-FEIRA (17). APESAR DO AUMENTO ANUNCIADO PELA ESTATAL, O VALOR EFETIVAMENTE PAGO PELAS DISTRIBUIDORAS NÃO SERÁ ALTERADO NESTE PRIMEIRO MOMENTO, DEVIDO A UMA SUBVENÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO FEDERAL NO MESMO VALOR. A MEDIDA OCORRE EM UM MOMENTO DE FORTE PRESSÃO SOBRE O MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO E DE DERIVADOS.

INSCRIÇÕES ABERTAS

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PIÚMA



Você é agente cultural de Piúma?

Participe da eleição e ajude a construir as políticas culturais do município!

QUEM PODE SE CANDIDATAR?

-  Ter 18 anos ou mais
-  Morar em Piúma
-  Comprovar pelo menos 2 anos de atuação cultural no município

 INSCRIÇÃO ATÉ
28 DE SETEMBRO

 EDITAL E FORMULÁRIO NO SITE
WWW.PIUMA.ES.GOV.BR



SECRETARIA DA CULTURA



O GOVERNO FEDERAL ANUNCIOU NESTA QUINTA-FEIRA (17) UM REAJUSTE DE 15,04% NOS VALORES DO BOLSA FAMÍLIA. COM A ATUALIZAÇÃO, O BENEFÍCIO MÍNIMO POR FAMÍLIA PASSARÁ DE R\$ 600 PARA R\$ 691, ENQUANTO O PAGAMENTO MÉDIO DEVERÁ SUBIR DE APROXIMADAMENTE R\$ 675 PARA R\$ 777.



O MINISTÉRIO DA SAÚDE AMPLIOU A RECOMENDAÇÃO DA VACINA CONTRA O PAPILOMAVÍRUS HUMANO (HPV) PARA CRIANÇAS A PARTIR DOS 2 ANOS DE IDADE QUE TENHAM SIDO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL. A MUDANÇA FOI PUBLICADA EM NOTA TÉCNICA NESTA SEMANA E ALTERA A FAIXA ETÁRIA ANTERIORMENTE PREVISTA PARA ESSE GRUPO.

**Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!**

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111



ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES



BOLSA FAMÍLIA TERÁ REAJUSTE DE 15% E BENEFÍCIO MÍNIMO SOBE PARA R\$ 691

O governo federal anunciou nesta quinta-feira (17) um reajuste de 15,04% nos valores do Bolsa Família. Com a atualização, o benefício mínimo por família passará de R\$ 600 para R\$ 691, enquanto o pagamento médio deverá subir de aproximadamente R\$ 675 para R\$ 777. A mudança foi anunciada 17 dias antes do primeiro turno das eleições gerais de 2026, marcado para 4 de outubro. O reajuste foi formalizado por decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Correção acompanha inflação Segundo o governo, o percentual de 15,04% corresponde à variação acumulada do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) desde o início da atual versão do programa, em 2023, até agosto de 2026. O ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que a atualização busca preservar o poder de compra das famílias beneficiárias e que a legislação do programa permite a reposição inflacionária. Com a correção, o valor básico pago por integrante da família também será atualizado, assim como os adicionais destinados a determinados grupos. Novos valores dos benefícios A atualização altera diferentes componentes do Bolsa Família. O benefício básico por integrante passa de R\$ 142 para R\$ 164. Também haverá mudança nos adicionais: Crianças de até 7 anos: de R\$ 150 para R\$ 173; Gestantes, lactantes e jovens de 7 a 18 anos: de R\$ 50 para R\$ 58; Benefício mínimo por família: de R\$ 600 para R\$ 691. O valor efetivamente recebido por cada família continuará dependendo da composição familiar e dos critérios estabelecidos pelo programa. Quando



começa o novo pagamento? Os valores reajustados começam a ser pagos em outubro de 2026. O calendário oficial do Bolsa Família estabelece que os pagamentos seguem o último dígito do Número de Identificação Social (NIS). A partir de outubro, portanto, os beneficiários passam a receber os valores atualizados conforme as características de cada família. Impacto nas contas públicas De acordo com o governo, o reajuste terá impacto estimado de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões nas despesas de 2026. Para 2027, a previsão apresentada é de cerca de R\$ 22 bilhões. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o impacto será incorporado aos orçamentos dos dois anos sem alteração da trajetória das metas fiscais. Segundo o governo, haverá espaço orçamentário para absorver o aumento. O governo também relaciona a capacidade de absorver o reajuste às mudanças realizadas nos cadastros e aos mecanismos de controle do programa. Anúncio ocorre durante o calendário eleitoral A decisão foi divulgada em um momento

de proximidade com as eleições de 2026. O primeiro turno está marcado para 4 de outubro, enquanto um eventual segundo turno ocorrerá em 25 de outubro. A proximidade temporal entre o reajuste e a eleição é um fato objetivo. A Folha Vitória destacou essa circunstância no título da publicação, enquanto o governo justificou a medida pela reposição da inflação e pelas regras do programa. Assim, o reajuste passa a integrar o cenário econômico e social do período eleitoral, mas a explicação oficial para a medida está relacionada à atualização dos valores e à preservação do

poder de compra dos beneficiários. Programa atende milhões de famílias O Bolsa Família é um dos principais programas federais de transferência de renda. Atualmente, atende cerca de 19,3 milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Além da transferência de renda, a permanência no programa está vinculada a critérios e compromissos relacionados a áreas como saúde e educação, conforme as regras estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Com o novo reajuste, o benefício mínimo passa a representar um acréscimo de R\$ 91 por mês para as famílias que recebem exclusivamente o piso. O impacto final, entretanto, varia de acordo com a composição e os adicionais aos quais cada família tem direito. A atualização representa uma mudança nos valores do programa após mais de três anos sem uma correção geral, segundo informações divulgadas sobre a medida.

BOLSA FAMÍLIA TERÁ REAJUSTE DE 15% E BENEFÍCIO MÍNIMO SOBE PARA R\$ 691

O Ministério da Saúde ampliou a recomendação da vacina contra o papilomavírus humano (HPV) para crianças a partir dos 2 anos de idade que tenham sido vítimas de violência sexual. A mudança foi publicada em nota técnica nesta semana e altera a faixa etária anteriormente prevista para esse grupo. Até então, a recomendação específica para vítimas de violência sexual contemplava pessoas entre 9 e 45 anos. A ampliação considera a maior vulnerabilidade das crianças pequenas à infecção pelo HPV e o crescimento das notificações de violência sexual envolvendo menores de 9 anos. Mudança considera aumento de casos entre crianças De acordo com os dados apresentados pelo Ministério da Saúde, os registros de violência sexual aumentaram de forma significativa na última década. Entre crianças de 0 a 4 anos, as notificações passaram de 1.671 casos em 2014 para 7.845 em 2024. Na faixa de 5 a 14 anos, os registros subiram de 6.594 para 29.135 no mesmo período. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, o número passou de 1.632 para 6.869 notificações. Segundo a pasta, esses números reforçam a necessidade de ampliar estratégias de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre vítimas de violência. Por que a vacina contra HPV é indicada? O HPV é um vírus bastante comum e pode provocar verrugas genitais e lesões que, em determinados casos, estão relacionadas ao desenvolvimento de diferentes tipos de câncer. Entre os tumores associados ao vírus estão os de colo do útero, ânus, pênis, vulva, vagina e algumas regiões da boca e da garganta. O Ministério da Saúde considera a vacinação uma das principais formas de prevenção contra as infecções causadas pelos tipos de HPV contemplados pelo imunizante. No caso de crianças vítimas de violência sexual, a preocupação está relacionada à possibilidade de

exposição ao vírus durante o episódio de violência. A nota técnica também considera que uma parcela das vítimas pode sofrer novas situações de violência, aumentando a possibilidade de exposição futura. Vacinação faz parte do atendimento à vítima A recomendação não significa que a vacina seja um tratamento para uma infecção já instalada. A finalidade é reduzir o risco de infecção pelos tipos de HPV abrangidos pelo imunizante. O atendimento de uma criança vítima de violência sexual deve envolver uma abordagem integral, com avaliação médica, medidas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, acompanhamento psicológico e demais providências necessárias conforme cada situação. A vacinação, portanto, integra um conjunto mais amplo de cuidados destinados à proteção e ao acompanhamento da vítima. Como era a recomendação anteriormente Antes da atualização, o Ministério da Saúde indicava a vacinação contra o HPV para vítimas de abuso sexual entre 9 e 45 anos. Para vítimas de 9 a 14 anos, a orientação previa duas doses, enquanto pessoas de 15 a 45 anos deveriam receber três doses. As recomendações e os esquemas específicos devem ser definidos pelos serviços de saúde conforme a idade, histórico vacinal e situação clínica. Com a nova orientação, crianças menores de 9 anos passam a ser contempladas nesse contexto específico, a partir dos 2 anos. HPV também está relacionado à prevenção do câncer A vacinação contra o HPV faz parte das estratégias de prevenção de diversos tipos de câncer relacionados ao

vírus. Além da imunização, o Ministério da Saúde mantém outras medidas de prevenção e rastreamento. Para o câncer do colo do útero, por exemplo, o país está ampliando a utilização do teste molecular para identificação do HPV de alto risco, tecnologia que deverá substituir gradualmente o exame citopatológico como principal método de rastreamento. Nova orientação reforça proteção na infância A ampliação da recomendação para vítimas de violência sexual a partir dos 2 anos representa uma mudança na estratégia de proteção adotada pelo sistema público de saúde. A decisão considera tanto os riscos relacionados à exposição ao HPV quanto os dados que apontam para a ocorrência de violência sexual em crianças muito pequenas. A orientação reforça que o atendimento dessas vítimas precisa ocorrer de maneira rápida e integrada, com ações voltadas não apenas à prevenção de infecções, mas também à proteção, ao acompanhamento e à recuperação da criança. Fontes: Folha Vitória, Agência Brasil, Ministério da Saúde e Secretaria da Saúde do Espírito Santo.



FALTAM 17 DIAS: VOTOS NULOS E BRANCOS NÃO ANULAM A ELEIÇÃO

Durante as eleições, é comum surgirem dúvidas sobre o que acontece quando a eleitora ou o eleitor vota em branco ou nulo. Essas opções não são contabilizadas como votos válidos e, portanto, não são consideradas na definição da candidatura eleita. O voto em branco ocorre quando a pessoa seleciona a opção “branco” na urna eletrônica e confirma a escolha. Já o voto nulo é registrado quando é digitado um número que não corresponde a nenhuma candidatura válida e a opção é confirmada. Embora sejam registrados de formas diferentes, os dois tipos de voto têm o mesmo efeito na apuração. Eles não são contabilizados como votos válidos nem destinados ou transferidos a qualquer



candidato ou partido político. Voto nulo x nulidade da votação Mais de 50% de votos nulos não anulam uma eleição. A confusão ocorre porque o voto nulo escolhido pela eleitora ou pelo eleitor é diferente da nulidade de uma votação, que é

uma questão jurídica reconhecida pela Justiça Eleitoral. A nulidade da votação pode ocorrer em situações previstas na legislação eleitoral e, dependendo do caso, levar à realização de uma nova eleição. Essa possibilidade não deve ser confundida com o voto nulo, que corresponde à escolha da pessoa durante a votação.

Os votos brancos e nulos são registrados e divulgados nas estatísticas eleitorais, mas não participam da definição do resultado. A anulação de uma eleição, por sua vez, depende de hipóteses previstas na legislação e de decisão da Justiça Eleitoral.

EC/JV/DB

PETROBRAS REAJUSTA DIESEL EM R\$ 1 POR LITRO, MAS SUBSÍDIO EVITA AUMENTO IMEDIATO PARA DISTRIBUIDORAS

A Petrobras anunciou um reajuste de R\$ 1 por litro no preço do diesel A vendido às distribuidoras, com início nesta quinta-feira (17). Apesar do aumento anunciado pela estatal, o valor efetivamente pago pelas distribuidoras não será alterado neste primeiro momento, devido a uma subvenção econômica do governo federal no mesmo valor. A medida ocorre em um momento de forte pressão sobre o mercado internacional de petróleo e de derivados. A alta das cotações externas aumentou os custos de importação do diesel, criando uma diferença maior entre os preços praticados no mercado brasileiro e aqueles observados no exterior. Como funciona a compensação Na prática, a Petrobras eleva em R\$ 1 o preço de venda do diesel para as distribuidoras, mas o programa de subvenção prevê um desconto equivalente. Dessa forma, o reajuste anunciado pela empresa é neutralizado na operação com as distribuidoras. A subvenção foi criada pelo governo federal como uma medida temporária para reduzir os efeitos da alta internacional dos combustíveis. A participação no programa é opcional, e a Petrobras decidiu aderir à iniciativa. Com isso, o aumento de R\$ 1 anunciado pela Petrobras não representa, neste momento, um aumento automático de R\$ 1 no preço do diesel nas bombas. Medida tem duração limitada A compensação está vinculada a um programa de duração determinada. Segundo informações divulgadas sobre a medida, a subvenção terá validade inicial de 30 dias, o que significa que o cenário poderá ser reavaliado posteriormente de acordo com as condições do mercado e com as regras do programa. O funcionamento do mecanismo também depende da regulamentação e das condições estabelecidas pelo governo para a concessão do benefício. Pressão internacional influencia o mercado brasileiro O movimento ocorre em meio à valorização do petróleo no mercado internacional, provocada por tensões geopolíticas e restrições na oferta de derivados. O Brasil produz grande parte do diesel que consome, mas ainda depende de importações para complementar o abastecimento. Segundo dados citados pela

Reuters, aproximadamente 75% da demanda nacional de diesel é atendida pela produção doméstica, enquanto o restante depende do mercado externo. Quando os preços internacionais sobem, o custo de aquisição do produto importado também aumenta, pressionando a cadeia de combustíveis. O que muda para o consumidor? Embora o reajuste da Petrobras não seja repassado integralmente às distribuidoras neste momento, o preço final do diesel nos postos depende de outros componentes. O valor pago pelo consumidor inclui, além do preço do combustível produzido ou importado, custos de distribuição, margens de revenda e tributos. Por isso, o preço na bomba pode variar de acordo com a região e com as condições de cada mercado. Assim, a compensação de R\$ 1 por litro impede o repasse correspondente na etapa de venda da Petrobras às distribuidoras, mas não significa que o preço do diesel será necessariamente igual em todos os postos do país. Diesel tem impacto direto no transporte e na economia O combustível possui papel importante na economia brasileira, principalmente no transporte rodoviário de cargas e passageiros. Caminhões, ônibus, máquinas agrícolas e diversos equipamentos

utilizam o diesel como principal fonte de energia. Por isso, alterações significativas no preço do combustível podem repercutir sobre os custos de transporte e, posteriormente, sobre preços de produtos e serviços. A manutenção temporária do preço para as distribuidoras busca evitar que a alta internacional seja imediatamente incorporada aos custos internos. Próximos meses serão decisivos A evolução dos preços internacionais do petróleo, a disponibilidade de diesel no mercado brasileiro e a duração dos mecanismos de subvenção serão fatores importantes para determinar os próximos movimentos. A Petrobras afirmou que sua estratégia comercial busca preservar a sustentabilidade e a rentabilidade da companhia, enquanto o programa governamental procura reduzir os impactos imediatos da alta dos combustíveis. Por enquanto, o principal efeito da medida é manter sem alteração o preço da Petrobras para as distribuidoras, apesar do reajuste nominal de R\$ 1 por litro anunciado pela estatal. Fontes: Folha Vitória, Petrobras e informações divulgadas pelo governo federal e pela Reuters.



AMAZON AMPLIA ENTREGAS NO MESMO DIA PARA CIDADES DA GRANDE VITÓRIA, INCLUSIVE AOS DOMINGOS E FERIADOS

A Amazon ampliou a operação logística no Espírito Santo e passou a oferecer entregas no mesmo dia para consumidores de parte da Grande Vitória. A nova modalidade começou a funcionar nesta quarta-feira (16) e permite que pedidos realizados até as 14h sejam entregues ainda no mesmo dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados. O serviço está disponível inicialmente para consumidores de Vitória, Vila Velha e Cariacica, com expansão também para Viana e Guarapari. A disponibilidade, porém, depende do endereço informado no pedido e do produto escolhido. Serviço atende clientes Prime e não assinantes. Uma das novidades é que a entrega rápida não fica restrita aos consumidores que possuem assinatura do Amazon Prime. Clientes Prime e não assinantes podem encontrar produtos elegíveis para receber a encomenda no mesmo dia. Durante a compra, o consumidor precisa verificar se o endereço e o item selecionado estão dentro da área atendida pela modalidade. A opção de entrega e o prazo aparecem no momento da finalização do pedido. Para pedidos realizados depois das 14h, a disponibilidade de entrega no mesmo dia pode não ser apresentada, dependendo do produto e da localização. Novo centro de distribuição fortalece operação no Estado. A expansão está relacionada ao crescimento da estrutura logística da Amazon no Espírito Santo. A



empresa inaugurou um centro de distribuição em Cariacica, com aproximadamente 31 mil metros quadrados e capacidade para processar até 420 mil pacotes por semana. A presença de uma estrutura própria no Estado reduz etapas no deslocamento das mercadorias e permite que determinados produtos sejam armazenados mais próximos dos consumidores. Antes da ampliação da operação, o prazo médio de entrega para compras destinadas ao Espírito Santo podia chegar a vários dias. Com o novo modelo, parte dos pedidos passa a percorrer uma distância menor entre o estoque e o endereço do cliente. Como saber se o produto tem entrega no mesmo dia? O consumidor não precisa contratar um serviço separado para utilizar a modalidade. Basta acessar a plataforma da Amazon, informar o endereço de entrega e pesquisar os produtos disponíveis. Depois de escolher o item, é necessário conferir as opções de entrega apresentadas antes de concluir a compra.

Quando o produto e o endereço forem elegíveis, a plataforma indicará a possibilidade de entrega no mesmo dia. A disponibilidade pode mudar conforme o estoque, o horário da compra, o endereço e as características do produto. Expansão acompanha crescimento do comércio eletrônico. A entrega rápida se tornou uma das principais disputas entre as grandes plataformas de comércio eletrônico. A redução do

tempo entre a compra e o recebimento busca atender consumidores que priorizam conveniência e precisam receber determinados produtos com urgência. No Espírito Santo, a ampliação também representa uma mudança na estrutura logística do comércio eletrônico, especialmente para moradores da Grande Vitória, onde a nova operação concentra inicialmente o atendimento. A expansão para novas cidades e regiões dependerá da estrutura logística disponível e da demanda. Para o consumidor, a principal mudança é a possibilidade de encontrar, no próprio processo de compra, produtos que podem chegar poucas horas depois do pedido — inclusive em dias que tradicionalmente possuem menor operação de entregas. Fontes: Folha Vitória e informações sobre a operação logística da Amazon no Espírito Santo.

PLANO DO MERCADO LIVRE PARA ELEIÇÕES 2026 PRIORIZA IDENTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO IRREGULAR



O Mercado Livre apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um plano com as medidas que pretende adotar para prevenir e retirar conteúdos irregulares durante as Eleições Gerais de 2026. A empresa afirma que fará esse acompanhamento de forma proativa, com apoio de tecnologia própria, sem depender apenas de denúncias feitas por usuários. O monitoramento alcança diferentes ambientes da plataforma, como anúncios, vídeos e canais de comunicação entre usuários.

O documento faz parte das exigências estabelecidas pelo TSE para provedores de grande porte, com base na Portaria nº 463, de 2026. O Mercado Livre informa que está sujeito à apresentação do plano por reunir mais de cinco milhões de usuários ativos mensais no Brasil. As

medidas abrangem o site da companhia e também as ferramentas de vídeo Clips e Live. No plano, a empresa chama de “atuação proativa” o uso contínuo de suas políticas e de tecnologia proprietária para identificar e remover conteúdos que violem as regras da plataforma. A proposta é que parte dessas irregularidades possa ser detectada antes mesmo de uma denúncia. Ao mesmo tempo, o usuário cadastrado continua podendo recorrer ao botão “Denunciar”, disponível nos anúncios. As ocorrências são analisadas por equipes especializadas e, quando a infração é confirmada, o conteúdo é retirado.

Inteligência artificial

A inteligência artificial (IA) aparece no documento em dois contextos diferentes. Nas ferramentas Clips e Live, conteúdos produzidos com uso de IA devem trazer uma sinalização explícita de que foram gerados com IA. Já quando o usuário

recorre a ferramentas de inteligência artificial oferecidas pelo próprio Mercado Livre, o plano atribui a ele a responsabilidade de revisar e adaptar o material antes da publicação, inclusive para verificar a correção das informações e o cumprimento das regras dessas funcionalidades.

As regras para o período eleitoral também se apoiam em políticas que o Mercado Livre já aplica em sua operação. Entre os conteúdos sujeitos a restrições, estão aqueles de caráter ofensivo ou vexatório e os que incentivem ódio, violência ou discriminação. A plataforma também veda materiais que promovam organizações violentas ou discriminatórias e conteúdos que incentivem crimes ou agressões.

As mesmas diretrizes alcançam a publicidade paga. Segundo o plano, peças que contrariem regras eleitorais ou as normas da própria plataforma não poderão ser impulsionadas. Nos recursos de vídeo Clips e Live, o Mercado Livre informa ainda que desaconselha a exposição de temas políticos, além de exigir o cumprimento de sua política de produtos proibidos.

O plano também trata do cumprimento de determinações do TSE. O Mercado Livre afirma que, ao receber notificação ou ordem do Tribunal para retirar conteúdo irregular relacionado às Eleições de 2026, fará a remoção imediata do material indicado.

JC/JV/DB

RECEITA FEDERAL IDENTIFICA R\$ 4,6 MILHÕES EM DIVERGÊNCIAS FISCAIS DE 67 EMPRESAS DO ESPÍRITO SANTO

A Receita Federal identificou R\$ 4,6 milhões em divergências relacionadas às declarações de PIS/Pasep e Cofins de 67 empresas do Espírito Santo. Os dados fazem parte de uma nova etapa da Malha Fiscal Digital (MFD), iniciativa que permite aos contribuintes corrigirem inconsistências antes de uma eventual fiscalização. As empresas capixabas notificadas têm até 30 de outubro de 2026 para verificar as informações, corrigir eventuais erros ou regularizar valores que tenham deixado de ser declarados. Dados foram identificados por cruzamento eletrônico. A ação utiliza o cruzamento de informações fornecidas pelas próprias empresas ao Fisco. A Receita compara os valores de PIS/Pasep e Cofins declarados na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) com aqueles apurados na Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD-Contribuições). Quando os dados apresentados nas diferentes obrigações não correspondem, a empresa recebe um aviso para analisar a origem da diferença e, se necessário, fazer a correção. Em todo o Brasil, a operação alcançou 3.455 pessoas jurídicas, envolvendo aproximadamente R\$ 299,09 milhões em divergências. No Espírito Santo, foram



contabilizadas 67 empresas e R\$ 4,64 milhões em insuficiências identificadas. Prazo para regularização termina em outubro. A Receita Federal estabeleceu 30 de outubro como prazo para que os contribuintes resolvam as inconsistências encontradas. A proposta da Malha Fiscal Digital é justamente permitir a autorregularização antes da abertura de um procedimento fiscal. Caso a empresa identifique um erro, poderá corrigir suas declarações e, quando houver tributo devido, regularizar o pagamento. A orientação é que os responsáveis pelas empresas consultem os avisos enviados pela Receita e façam uma conferência detalhada das informações apresentadas nas obrigações tributárias. O que pode acontecer depois do prazo. As empresas que permanecerem com divergências

após o período de regularização poderão ser selecionadas para fiscalização. Segundo a Receita Federal, caso seja constatado imposto não declarado, poderá ser lavrado auto de infração para cobrança do débito. Nessa situação, além dos juros de mora, pode haver multa de ofício de 75%, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação. Por isso, a etapa atual representa uma oportunidade para que as empresas façam a revisão dos dados antes de uma eventual ação fiscal. Experiência anterior mostra adesão à regularização. A Receita informou que, na edição anterior da iniciativa, 75% dos 3.062 contribuintes alcançados regularizaram as inconsistências identificadas. Entre aqueles que não aproveitaram a oportunidade, posteriormente foram realizados lançamentos tributários que somaram R\$ 750 milhões. Para as empresas notificadas no Espírito Santo, a recomendação é verificar a caixa postal do Portal e-CAC e conferir as informações apontadas pela Receita. O acompanhamento de um profissional de contabilidade também pode auxiliar na identificação da origem das diferenças e na correção das declarações.

ELEIÇÕES 2026: VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS ESTÁ LIBERADA NO ESPÍRITO SANTO NO PRIMEIRO TURNO

Eleitores do Espírito Santo poderão comprar e consumir bebidas alcoólicas no dia do primeiro turno das Eleições 2026. O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) decidiu não adotar uma restrição estadual à comercialização de bebidas alcoólicas durante a votação, marcada para 4 de outubro. Com a decisão, bares, restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos poderão comercializar bebidas alcoólicas normalmente no primeiro turno, desde que sejam respeitadas as demais regras previstas para o dia da eleição. Lei Seca não é uma regra nacional. Apesar de ser conhecida popularmente como "Lei Seca eleitoral", a proibição da venda de bebidas alcoólicas não é determinada automaticamente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para as Eleições 2026, o próprio TSE estabeleceu que cabe a cada Tribunal Regional Eleitoral, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública, definir eventuais restrições à venda e ao consumo de álcool no dia da votação. No Espírito Santo, portanto, não haverá uma proibição estadual durante o primeiro turno. A situação, entretanto, pode ser diferente em outros estados, já que cada Tribunal Regional Eleitoral possui competência para estabelecer regras específicas dentro de sua jurisdição. E no segundo turno? Ainda não havia, até a publicação da informação pelo TRE-ES, uma definição sobre eventual adoção de

restrições para o segundo turno, previsto para 25 de outubro, caso seja necessário. Por isso, os eleitores devem acompanhar novas orientações da Justiça Eleitoral e dos órgãos de segurança pública à medida que a data se aproximar. Histórico da restrição no Espírito Santo. A adoção da chamada Lei Seca não é uma prática obrigatória em todas as eleições no Espírito Santo. Segundo o levantamento divulgado pela Folha Vitória, a última ocasião em que houve uma restrição válida em todo o Estado durante uma eleição foi em 2010. Já nas eleições municipais de 2016, seis municípios capixabas adotaram proibições específicas para a comercialização de bebidas alcoólicas. O histórico mostra que a medida pode variar de uma eleição para outra e também de acordo com decisões tomadas pelas autoridades eleitorais e de segurança. Bebida liberada não significa ausência de regras. A autorização para comercializar bebidas alcoólicas não elimina as demais normas que precisam ser observadas durante o dia da votação. O TSE estabelece diversas restrições para preservar a liberdade de escolha do eleitor e o sigilo do voto. Entre elas estão a proibição de propaganda eleitoral no dia da eleição, boca de urna e manifestações coletivas ou ruidosas de apoio a

candidatos. Também é proibido entrar na cabine de votação portando celular, câmera fotográfica, filmadora ou qualquer equipamento que possa comprometer o sigilo do voto. O primeiro turno das Eleições Gerais de 2026 acontecerá em 4 de outubro, das 8h às 17h, pelo horário de Brasília. Serão escolhidos presidente e vice-presidente, governador e vice-governador, dois senadores, deputados federais e deputados estaduais. Atenção às orientações locais. Embora o Espírito Santo tenha decidido liberar a venda de bebidas alcoólicas no primeiro turno, os eleitores devem permanecer atentos a eventuais novas determinações oficiais. A Justiça Eleitoral recomenda que informações sobre as regras da votação sejam consultadas diretamente nos canais oficiais do TSE e do TRE-ES, especialmente nos dias que antecedem o pleito.



TESTES COM POLILAMININA ENTRAM EM NOVA FASE E PODEM ABRIR CAMINHO PARA TRATAMENTO DE LESÕES NA MEDULA

Uma pesquisa brasileira que investiga o potencial da polilaminina no tratamento de lesões traumáticas da medula espinhal está avançando para uma etapa decisiva. O estudo clínico de fase 1 começa em 24 de setembro de 2026, segundo informações divulgadas pela farmacêutica Cristália, parceira dos pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa pretende avaliar, inicialmente, a segurança da substância em seres humanos. Cinco voluntários, com idades entre 18 e 72 anos, serão selecionados para participar do estudo. Eles deverão apresentar lesão medular torácica completa, entre as vértebras T2 e T10, provocada por trauma ocorrido há menos de 72 horas e com indicação de cirurgia para descompressão da medula. Aplicação ocorrerá durante cirurgia. Os participantes receberão a polilaminina diretamente na região lesionada da medula durante o procedimento cirúrgico. Depois da cirurgia, os pacientes passarão por acompanhamento de reabilitação e serão monitorados pelos pesquisadores durante seis meses. A primeira etapa será realizada no Hospital das Clínicas e na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, com equipes preparadas para realizar o procedimento. A reabilitação ficará sob acompanhamento da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). A autorização para a pesquisa foi concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em janeiro deste ano. A agência ressalta que o objetivo da fase 1 é verificar possíveis riscos e eventos adversos relacionados ao medicamento experimental e ao procedimento de aplicação. Essa etapa ainda não foi desenhada para comprovar que a polilaminina recupera movimentos. Substância é estudada há



mais de duas décadas. A polilaminina é produzida a partir da laminina, proteína naturalmente encontrada no organismo. A pesquisa é liderada pela cientista Tatiana Sampaio, da UFRJ, que estuda a substância há mais de 20 anos. A hipótese dos pesquisadores é que a polilaminina possa favorecer processos relacionados à regeneração das fibras nervosas e ajudar na reconstrução das conexões interrompidas após uma lesão da medula espinhal. O mecanismo de ação, porém, ainda não está completamente esclarecido. Resultados anteriores chamaram atenção. Antes da chegada aos testes clínicos controlados, a substância foi estudada em animais e posteriormente utilizada em um pequeno estudo-piloto com oito pessoas que sofreram lesões medulares. Os resultados publicados recentemente na revista científica Spinal Cord indicaram evolução motora em parte dos participantes sobreviventes. Entretanto, os próprios pesquisadores destacam que o estudo, por ser pequeno e não possuir desenho controlado, não permite concluir que as melhorias tenham sido causadas pela polilaminina. Essa distinção é fundamental para a próxima etapa. Enquanto os resultados iniciais justificaram novas

investigações, somente estudos clínicos maiores e controlados poderão determinar se a substância apresenta eficácia e quais pacientes poderiam se beneficiar dela. O que acontece depois da fase 1? Caso os resultados demonstrem um perfil de segurança considerado adequado, os pesquisadores poderão solicitar o avanço para a fase 2. Nessa etapa, o número de participantes aumenta e a pesquisa passa a investigar de maneira mais específica a eficácia do tratamento. Posteriormente, a fase 3 envolve um grupo ainda maior de participantes e busca produzir evidências mais robustas sobre benefícios, riscos e comparação com tratamentos disponíveis. Somente depois da conclusão das etapas necessárias e das avaliações regulatórias é que um medicamento experimental pode eventualmente receber autorização para ser disponibilizado de forma ampla à população. Expectativa e cautela caminham juntas. A chegada da polilaminina aos testes clínicos representa um avanço importante para a pesquisa brasileira sobre lesões da medula, mas os resultados ainda precisam ser comprovados cientificamente. Neste momento, a principal pergunta não é se a substância recuperará os movimentos dos pacientes, mas se sua utilização é segura e se existem condições para continuar avançando nos estudos. A resposta dependerá dos dados obtidos durante os ensaios clínicos. Assim, a nova fase da pesquisa coloca a polilaminina diante de uma das etapas mais importantes de seu desenvolvimento: transformar resultados preliminares e hipóteses científicas em evidências clínicas capazes de determinar, com segurança, seu real potencial terapêutico. Fontes: Folha Vitória, Anvisa, Agência Gov e revista Spinal Cord.

COPOM REDUZ SELIC PELA QUINTA VEZ CONSECUTIVA, E JUROS CHEGAM A 13,75% AO ANO

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu nesta quarta-feira (16) reduzir novamente a taxa básica de juros da economia brasileira. A Selic passou de 14% para 13,75% ao ano, uma redução de 0,25 ponto percentual. A decisão foi unânime e representa o quinto corte consecutivo promovido pelo Copom desde o início do atual ciclo de redução dos juros. Ao todo, a Selic já recuou 1,25 ponto percentual desde março de 2026. A Selic é a principal referência para os juros praticados na economia brasileira. Ela influencia operações de crédito, financiamentos, investimentos e outras taxas cobradas por instituições financeiras. Banco Central mantém cautela. Apesar da nova redução, o Banco Central sinalizou que o cenário econômico ainda exige atenção. Entre os fatores acompanhados pelo Copom estão o comportamento da inflação, as expectativas do mercado, a atividade econômica e os efeitos da política fiscal sobre os preços e os ativos financeiros. Segundo o comunicado divulgado após a reunião, o Comitê considera que a decisão é compatível com a estratégia de levar a inflação para uma trajetória próxima da meta no horizonte relevante. O Copom também destacou a necessidade de cautela diante das incertezas existentes na economia. Queda dos juros ocorre após período de Selic elevada. A redução atual acontece depois de um longo período de juros em patamar elevado. Entre junho de 2025 e março de 2026, a Selic permaneceu em 15% ao ano, nível que ficou entre os mais altos registrados nas últimas décadas. A partir de março, o Banco Central iniciou uma sequência de reduções, levando a taxa para 14,75%, depois 14,50%, 14,25%, 14% e, agora, 13,75% ao ano. A trajetória mostra uma mudança na condução da política

monetária, embora o Banco Central continue mantendo os juros em nível considerado restritivo para a economia. Inflação continua no centro das decisões. A inflação é um dos principais fatores considerados pelo Copom nas decisões sobre a Selic. Na semana anterior à reunião, o mercado financeiro havia reduzido a projeção para o IPCA de 2026 de 5% para 4,90%, enquanto a expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 1,93% para 1,89%. Mesmo com a redução das projeções, a inflação esperada permanecia acima do centro da meta estabelecida para o período, o que ajuda a explicar a postura cautelosa adotada pelo Banco Central. Efeito sobre consumidores e empresas. A queda da Selic pode, ao longo do tempo, contribuir para uma redução do custo de algumas modalidades de crédito. Financiamentos, empréstimos e outras operações tendem a acompanhar, com diferentes velocidades e intensidades, as mudanças no cenário de juros. Para empresas, uma eventual redução do custo financeiro pode favorecer investimentos e facilitar o acesso ao crédito. Para consumidores, os efeitos podem aparecer principalmente em operações como empréstimos e financiamentos. É importante, porém, destacar que a redução da Selic não significa que todos os juros bancários cairão imediatamente na mesma proporção. As taxas cobradas pelas instituições financeiras também dependem de fatores como risco de inadimplência, prazo da operação, custos bancários e condições de mercado. Investimentos também sentem a mudança. A Selic também influencia diretamente os investimentos de renda fixa. Com juros

básicos mais baixos, aplicações que utilizam a taxa Selic ou o CDI como referência podem oferecer retornos menores do que em períodos de juros elevados. Por outro lado, a redução da taxa básica pode alterar a relação entre investimentos de renda fixa e outras modalidades, fazendo com que investidores reavaliem suas estratégias de acordo com seus objetivos e níveis de risco. Próximos passos. A nova decisão não determina automaticamente que os juros continuarão caindo nas próximas reuniões. O próprio Copom afirma que continuará acompanhando a evolução da inflação, das expectativas, da atividade econômica e das condições fiscais e financeiras antes de definir os próximos movimentos. A taxa de 13,75% ao ano passa, portanto, a ser o novo nível de referência da política monetária brasileira, enquanto o Banco Central segue avaliando se as condições econômicas permitirão novas mudanças nos juros. O cenário para as próximas decisões dependerá principalmente da evolução da inflação e das expectativas para os próximos períodos, além dos efeitos das condições econômicas nacionais e internacionais.



VITÓRIA INICIA USO DE RADAR PARA ORIENTAR CONDUTORES DE BICICLETAS ELÉTRICAS

A circulação de bicicletas elétricas e outros equipamentos de mobilidade ganhou uma nova etapa de fiscalização em Vitória. A partir desta quinta-feira (17), a Guarda Civil Municipal começa a utilizar um radar móvel para medir a velocidade desses veículos e orientar os condutores sobre os limites estabelecidos para cada espaço de circulação. O equipamento foi disponibilizado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e, neste primeiro momento, será utilizado em ações educativas. A primeira operação está prevista para ocorrer na região da Guarderia, área de grande circulação de ciclistas e usuários de equipamentos elétricos. Durante as abordagens, os agentes poderão apresentar ao próprio condutor a velocidade registrada pelo radar. A proposta é transformar a medição em uma ferramenta de conscientização, mostrando de forma prática quando o usuário está acima do limite permitido. Segundo a Guarda de Vitória, a intenção inicial não é aplicar multas por excesso de velocidade, mas orientar os usuários e reforçar as regras de convivência entre bicicletas, equipamentos elétricos e pedestres. Limites variam conforme o espaço. As regras municipais estabelecem diferentes velocidades de acordo com o local de circulação. Em calçadas compartilhadas, por exemplo, o limite é de 6 km/h. Já em ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, a velocidade máxima



estabelecida é de 32 km/h, salvo quando houver sinalização específica indicando outro limite. A regulamentação faz parte das medidas adotadas pelo município para organizar a circulação dos chamados modais de micromobilidade, que incluem bicicletas elétricas e equipamentos autopropeidos, como determinados tipos de patinetes e outros veículos individuais. A Prefeitura de Vitória publicou, em abril de 2026, regras específicas para esses veículos, definindo também características técnicas para diferenciar bicicletas elétricas, equipamentos autopropeidos e ciclomotores. Radar também ajuda a identificar veículos modificados. Além do controle da velocidade, a fiscalização busca chamar a atenção para um problema que vem acompanhando a expansão das bicicletas elétricas: a alteração das características originais dos equipamentos. Alguns veículos comercializados ou utilizados como bicicletas elétricas podem apresentar potência ou velocidade superiores aos parâmetros estabelecidos para essa

categoria. Quando as características técnicas ultrapassam os limites previstos, o equipamento pode ser enquadrado em outra categoria, como a de ciclomotor, dependendo de suas especificações. Essa diferenciação é importante porque ciclomotores estão submetidos a exigências específicas, incluindo regras próprias de circulação, habilitação e registro. Mudança

acompanha crescimento da micromobilidade. A expansão das bicicletas elétricas tem provocado mudanças na rotina do trânsito das cidades. Em Vitória, a regulamentação procura estabelecer parâmetros para que esses veículos possam dividir o espaço urbano com pedestres, bicicletas convencionais e veículos motorizados. A legislação municipal também prevê medidas voltadas à segurança e à organização da micromobilidade, incluindo regras de circulação, sinalização e ações educativas. Com o início das ações com radar, a expectativa é ampliar a percepção dos usuários sobre a velocidade em que estão circulando e reforçar que o limite não depende apenas da capacidade do veículo, mas também do espaço utilizado. Por enquanto, o equipamento terá caráter principalmente educativo. A experiência poderá contribuir para orientar futuras ações de fiscalização e para aumentar a segurança de quem utiliza bicicletas elétricas e demais modais de mobilidade individual na capital capixaba.

OAB-ES DEFENDE AFASTAMENTO CAUTELAR DE MORAES E ANÁLISE DE SUSPEIÇÃO DE GONET

Decisão foi aprovada por maioria pelo Conselho Pleno da entidade e será encaminhada ao Conselho Federal da OAB; caso Banco Master está no centro das discussões. O Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Espírito Santo (OAB-ES) aprovou, por maioria, nesta quarta-feira (9), um posicionamento institucional relacionado à crise envolvendo o caso Banco Master e seus desdobramentos no sistema de Justiça. A entidade decidiu defender a avaliação do afastamento cautelar do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto durarem as apurações, além de apoiar a análise de uma eventual suspeição do procurador-geral da República, Paulo Gonet, para atuar no caso e em processos relacionados. A manifestação também prevê acompanhamento institucional da situação envolvendo o ministro André Mendonça. O posicionamento aprovado no Espírito Santo será encaminhado ao Conselho Federal da OAB, que deverá avaliar as providências que podem ser adotadas dentro de suas atribuições. Decisão ocorreu após sessão extraordinária. A deliberação foi tomada durante uma sessão extraordinária do Conselho Pleno da OAB-ES. O processo teve como relator o conselheiro Jedson Marchesi Maioli, cujo voto foi acolhido pela maioria dos integrantes do colegiado. A reunião foi aberta pela presidente da seccional, Erica Neves, e conduzida posteriormente pelo secretário-geral, Eduardo Santos Sarlo. Segundo a OAB-ES, a posição adotada não representa um julgamento antecipado das autoridades mencionadas. A entidade afirma que seu objetivo é avaliar os possíveis impactos institucionais dos

instituições. O relator também destacou que a manifestação não pretende julgar pessoas, mas analisar os efeitos institucionais relacionados aos acontecimentos. Caso Banco Master. A decisão da OAB-ES ocorre em meio às discussões sobre o caso Banco Master, que ganhou novos desdobramentos após a divulgação de informações envolvendo mensagens entre o ex-banqueiro Daniel Vercaro e o ministro Alexandre de Moraes. O episódio passou a provocar questionamentos sobre a condução de investigações e sobre a atuação de diferentes autoridades no caso. O nome de Paulo Gonet também entrou no debate depois de referências ao procurador-geral da República em mensagens relacionadas ao caso. A situação levou a pedidos para que sua atuação no processo seja analisada sob a perspectiva de eventual suspeição. A OAB-ES incorporou esse ponto à manifestação aprovada pelo Conselho Pleno. Paralelamente, o Conselho Superior do Ministério Público Federal abriu procedimento para analisar as menções a Gonet nas mensagens atribuídas ao ex-banqueiro Daniel Vercaro. Até o momento, não há acusação formal de má conduta contra o procurador-geral da República nesse procedimento. Posicionamento ainda será analisado pela OAB nacional. A decisão tomada pela seccional capixaba não produz, por si só, o afastamento de Alexandre de Moraes nem determina a suspeição de Paulo Gonet. O documento será submetido ao Conselho Federal da OAB, que poderá avaliar as medidas institucionais e jurídicas cabíveis. A presidente da OAB-ES levou o posicionamento do Espírito Santo a uma reunião extraordinária

responsabilidade dos órgãos competentes e que a manifestação da entidade não substitui decisões judiciais ou procedimentos de apuração. O objetivo declarado pela seccional é defender critérios de transparência, igualdade de tratamento e respeito às garantias processuais durante a análise dos fatos. Fontes: Folha Vitória; OAB-ES; UOL; Folha de S. Paulo.

GLOSSÁRIO EXPLICA DIFERENÇAS ENTRE ELEGIBILIDADE E INELEGIBILIDADE

O Glossário Eleitoral, disponível na página do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), explica que elegibilidade é a capacidade de uma cidadã ou de um cidadão ser eleita ou eleito. O conceito se refere à condição de uma pessoa que pode concorrer a um cargo eletivo de acordo com os requisitos previstos na Constituição Federal e na legislação eleitoral.

Já a inelegibilidade, segundo o Glossário, é a proibição de uma pessoa concorrer ao pleito por se enquadrar em alguma das causas que a tornam inelegível perante a Justiça Eleitoral.

As causas de inelegibilidade estão previstas na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 64/90. Portanto, o conceito não atinge os demais direitos

políticos, como votar e participar de agremiações partidárias.

A inelegibilidade pode ser absoluta, que é aquela que proíbe a candidatura às eleições em geral, ou relativa, que impossibilita a postulação a determinado mandato eletivo.

O Glossário

O Glossário Eleitoral do TSE disponibiliza mais de 300 verbetes organizados em ordem alfabética.

O serviço on-line oferece definições, contextualização histórica e referências doutrinárias sobre temas relacionados à Justiça Eleitoral, facilitando o acesso da sociedade a informações confiáveis por meio de consultas práticas e de fácil compreensão.

JUSTIÇA ELEITORAL de A a Z

GLOSSÁRIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE

IÚNA

**PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE IÚNA EM 17/09/2026**

REPUBLICAÇÃO DA LICITAÇÃO Nº 19/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO PROCESSO DIGITAL Nº 2026 – 7HLKW

O Município de Iúna/ES, com fulcro na Lei nº 14.133/21, torna público a **replicação do edital 19/2026, após alteração no termo de referência dos itens 4.6, 4.7, 9.14, 9.30, 9.31, 9.32, 9.33 e 9.34**, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo "MENOR PREÇO", para **Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte sanitário de passageiros (pacientes do SUS), mediante locação de veículos tipo Van (capacidade de 7 a 12 passageiros), incluindo dedicação de motorista, combustível, manutenção integral e seguros**, passando a ser realizada no dia **06 DE OUTUBRO DE 2026**, às **09h**, em sessão pública por meio da Internet no Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital poderá ser obtido no Portal de Compras Públicas e/ou www.iuna.es.gov.br. Informações e esclarecimentos poderão ser solicitadas no endereço eletrônico: licitacao@iuna.es.gov.br ou pelo telefone (28) 99884-3729, através do setor de licitações, de segunda à sexta-feira no horário de 08h às 11h e de 13h às 17h. ID CiudadES: 2026.037E0500001.01.0010.

Iúna/ES, 16 de setembro 2026.
Waldrem Marcelo Oliveira
Secretário Municipal de Saúde



Prefeitura Municipal

MANTENÓPOLIS

**Publicações oficiais da Prefeitura Municipal
de Mantenedópolis em 17/09/2026**

Prefeitura Municipal de
Mantenedópolis/ES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000019/2026

ID CIDADES
2026.043E0700001.01.0025

A Prefeitura Municipal de Mantenedópolis/ES, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio torna público que irá realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos moldes da Lei nº. 14.133/2021.

Objeto: Registro de preços para aquisição de 20 caçambas estacionárias de aço de 5 m³, fabricadas com chapa reforçada 1/8" (3 mm), sem tampa, soldadas, com dimensões de 265 x 165 x 110 cm (CxLxA), peso aproximado de 485 kg e acabamento em pintura epóxi, destinadas ao uso operacional desta Secretaria Executiva de Obras e Serviços Urbanos no perímetro urbano do município de Mantenedópolis e seus Distritos.

Abertura das propostas: às 09 horas do dia 30 de setembro de 2026.
Início da disputa: às 09 horas do dia 30 de setembro de 2026.

Editais completos nos sites: portaldecompraspublicas.com.br
<https://mantenedopolis.es.gov.br/>
Maiores informações poderão ser obtidas através do e - m a i l
licitacao@mantenedopolis.es.gov.br.

Mantenedópolis/ES, 16 de setembro de 2026.

Gabriela de Almeida Ribeiro Luz
Pregoeira.



PIÚMA

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO OFICIAL 17/09/2026

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2026 Processo nº 5678/2026

ID CiudadES: 2026.056E0500001.01.0004

O MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, através da plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICA, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAL CIRÚRGICO DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E DO HOSPITAL MUNICIPAL DE PIÚMA, VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Abertura das Propostas e Início da Sessão: 09h do dia 29/09/2026, o Edital e Anexos encontra-se disponíveis nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://www.piuma.es.gov.br/portal/transparencia/licitacao>.

Mais informações através do tel. (28) 3520-6500 Ramal 1051 ou e-mail: pregao@piuma.es.gov.br
Piúma/ES, 16 de setembro de 2026.

MARIA GABRIELA MARINHO DOS SANTOS
Agente de Contratação - Pregoeira



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

**Publicações oficiais da Prefeitura Municipal
de Santa Maria de Jetibá em 17/09/2026**

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026

OBJETO: Aquisição de concreto usinado sem bombeamento.
ABERTURA DE LICITAÇÃO: 02 de outubro de 2026, a partir das 08h;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 8h do dia 18 de setembro de 2026 até às 7:59h do dia 02 de outubro de 2026.
LOCAL DE ABERTURA: Bolsa Nacional de Compras (BNC) – www.bnc.org.br. O edital completo poderá ser retirado pelos interessados no site da Prefeitura Municipal www.pmsmj.es.gov.br ou www.bnc.org.br.
ID CiudadES: 2026.062E0700001.01.0107

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL PANCAS

PUBLICAÇÃO OFICIAL 17/09/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO 2 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2026 PROCESSO 1924/2026

O Município de Pancas, Estado do Espírito Santo, em conformidade com o disposto no artigo 55, §1, da Lei nº 14.133/2021, torna público, por meio de seu Pregoeiro, que o edital em epígrafe está sendo **RETIFICADO**. A retificação decorre da alteração no edital do critério de julgamento ser MENOR PREÇO POR LOTE, em pedido expedido pela secretaria requisitante. A nova data da abertura da sessão está prevista para o dia **29 de setembro de 2026**, às **8h00min**, no site www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital RETIFICADO estará disponível a partir do dia 17 de setembro de 2026, que poderá ser acessado na sede da Prefeitura ou nos sites www.pancas.es.gov.br/licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br e no PNCP.
ID TCE/ES: 2026.053E0700001.01.0008.
Pancas/ES, em dia 17 de setembro de 2026.
Leonardo de Souza
Pregoeiro/Agente de Contratação

JORNAL
VIGILANTE



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35

Tel.: (27) 99991-9614

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira